



## LEITURA, TEXTO E DISCURSO

Anderson Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir gestos de leitura a partir de concepções de texto no campo da Linguística Textual, da Antropologia Linguística e da Análise do Discurso. Trata-se, em particular, de iluminar algumas contribuições dos estudos do texto para a produção da leitura numa perspectiva discursiva, a qual tratamos na seção de análise. Visa-se, assim, deslocar a produção da leitura da produção de conceitos, em particular, da noção de texto. Contudo, acrescentar que os conhecimentos produzidos acerca da noção de texto, no campo da Linguística, não podem ser desprezados. Salienta-se, por fim, que o objeto de estudo, aqui, não é a leitura em sua dimensão de produto cultural, mas a produção da leitura em sua potencialidade de produzir e criar efeitos de sentido como poder simbólico.

**Palavras-chave:** Leitura. Texto. Discurso.

**Abstract:** This article aims to discuss reading gestures from conceptions of text in the field of Textual Linguistics, Linguistic Anthropology and Discourse Analysis. In particular, it is a question of illuminating some contributions of the studies of the text for the production of reading in a discursive perspective, which we deal with in the analysis section. The aim is, therefore, to shift the production of the reading of the production of concepts, in particular, from the notion of text. However, to add that the knowledge produced about the notion of text, in the field of Linguistics, cannot be disregarded. Finally, it is emphasized that the object of study here is not reading in its dimension of product cultural, but the production of reading in its potential to produce and create effects of meaning as symbolic power.

**Keywords:** Reading. Text. Discourse.

Recebido em: 24/04/2020

Aprovado em: 05/08/2020

---

<sup>1</sup> Doutor em Língua Portuguesa, Universidade Federal do Espírito Santo -UFES. E-mail: andersonferreirasp94@gmail.com



## Introdução

A leitura centrada no texto escrito orientou, durante muito tempo, o olhar para *a justa leitura dos textos* (CHARTIER, 2011, p.242). Esse gesto de leitura transecular, de certa forma, congelou a representação que tínhamos do ato de ler: leitores atenciosos decifrando o texto. Instaurou-se, desse modo, uma leitura de desmontagem, em que frases e palavras funcionavam como peças, isto é, uma leitura estrutural. Nesse momento, embora se admitisse a possibilidade de leituras plurais, construía-se, mais e mais, leituras “legítimas”.

Ao mesmo tempo, a partir da virada linguística e discursiva, buscou-se – nos estudos do texto e do discurso, particularmente – uma definição do que é texto, sabendo que o texto, tomado como átomo da atividade de leitura, ressignifica a mobilidade sociocultural dos indivíduos e contribui para sedimentar os discursos. Centrada no texto, a noção de leitura – ora buscando o sentido, ora categorizando o texto – apagou os sujeitos e as condições sócio-históricas e culturais dos discursos no processo de leitura.

Mas, de fato, a noção de leitura precisou sempre se ancorar em noções que se adotavam para língua, linguagem e texto, pelo menos quando se acreditava que a leitura poderia ser ensinada e aprendida (HÉBRARD, 2011). A respeito, particularmente, da noção de texto, bastante elástica no quadro da Linguística, é preciso salientar que muitas propostas teórico-metodológicas no ensino de língua associam à produção da leitura a estratégias fornecidas no interior de quadros teóricos, relativamente, delimitados. As estratégias de leitura em torno de certas teorias e noções ressignificam os modos de operação com textos e, conseqüentemente, a maneira pela qual se compreende uma dada sociedade. Eis, portanto, o poder social da leitura – poder simbólico – que legitima sujeitos a interpretar o mundo.

Nesse sentido, os esforços no campo da Linguística têm sido realizados sob o primado da interdisciplinaridade. Por isso, o presente artigo visa a discutir algumas propostas de leitura de texto, mobilizando concepções de texto no quadro das chamadas linguísticas

discursivas.<sup>2</sup> Não se trata de encontrar diferenças ou semelhanças entre essas posições, mas de fazer notar que, cada uma delas, inscreve um leitor-modelo na enunciação teórica-metodológica; o enunciador nessas posições evoca quase sempre um leitor-especialista.

Mas – justo é lembrar – os quadros teórico-metodológicos que, aqui, mobilizamos não tinham a leitura como objeto. Trata-se de estudos sobre a produção textual (COSTA VAL, 1999), a noção de texto e textualidade (KOCH, 2011, 2015; HANKS, 2008) e a noção de texto tomado como discurso (ORLANDI, 1995). De todo modo, esses estudos não deixaram de ser “replicados” em metodologias para o ensino de leitura, por isso, suscitam discussões sobre a problemática da leitura.

Assim, fora as considerações iniciais, dividimos o presente artigo da seguinte forma:

- Na seção, O poder social da leitura, descrevemos uma “visão sucinta” da problemática da leitura na contemporaneidade.
- Na seção, A noção de texto: posições de fronteiras, trouxemos algumas concepções de texto nos quadros teórico-metodológicos supracitados.
- Na seção, Leitura e discurso, analisamos um texto-análise de Adam (2011) e um texto da mídia jornalística, ambos tomados como discurso.
- Na seção, Considerações finais, discutimos alguns resultados das análises.

## 1. O PODER SOCIAL DA LEITURA

A leitura adquiriu uma concepção mais abrangente na contemporaneidade, ressignificando novos espaços de produção e disseminação de discursos. Em vista disso, a

---

<sup>2</sup> Linguística Textual, Antropologia Linguística e Análise do Discurso.

problemática da leitura ganhou novos contornos no cenário das tecnologias digitais (CHARTIER, 1999). Assim, assistimos a preeminência da interdisciplinaridade na ciência da linguagem, dando seguimento a realização de uma monumental tarefa, para o usar a expressão de Beaugrande (1997), de promover o acesso ao conhecimento e à cidadania por meio de textos e de discursos.<sup>3</sup>

Mas, nos estudos da leitura, é preciso ponderar sobre a promoção de acessos por meio de textos e de discursos. Na ilusão da neutralidade, não basta apenas fornecer acesso à educação, à tecnologia e aos objetos da cultura, é necessário examinar, também, o poder social da leitura como poder simbólico, no sentido de um poder capaz de construir “o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Esse exame pode revelar que as “falhas” de compreensão, muitas vezes, são percebidas como a incapacidade do sujeito empírico de interpretar (Cf. SCHNOTZ, 2009). Para justificar uma “má” leitura, os enunciadores-especialistas, intérpretes do mundo, argumentam que o texto não autoriza tais e tais sentidos e que é preciso buscar as pistas no texto, deixadas pelo autor. Não seria difícil associar essa orientação ao que Mattos e Silva (1996) chama de Tradição Gramatical, como suporte histórico da crítica textual.

Basta observar que os enunciadores-especialistas ocupam lugares estratégicos no interior dessa Tradição: o livro didático, o jornal, os manuais de gramática, a aula. Eles, como argumenta De Certeau (1998, p. 267), levantam entre o texto e o leitor “uma fronteira que para ultrapassar somente” eles [verdadeiros intérpretes] entregam os passaportes [...]”. Sob essa perspectiva, continua o autor, o sentido literal é “o sinal e o efeito de um poder social, o de uma elite. Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, [...] a interpretação de profissionais e de clérigos socialmente autorizados”.

---

<sup>3</sup> Maria Inez Matoso Silveira, em nota de rodapé, faz o seguinte comentário em relação ao livro de Beaugrande (1997): “No contexto brasileiro, devido às grandes desigualdades sociais, a proposta defendida neste livro deve ser melhor traduzida como ‘promover o acesso ao conhecimento e à cidadania através do discurso’”.

*Mutatis mutandis*, os sentidos da leitura tendem a ser normatizados tal qual o esforço pedagógico da Tradição, que visa a fixar a língua em certo estado de pureza. Se na língua a norma, como nota Mattos e Silva (2011), se explicita nas regras e nos exemplos a serem imitados, na leitura, por tradição, são os sentidos que devem ser atualizados e/ou replicados.

Como lembra Gnerre (1998), as pessoas falam para serem ouvidas, respeitadas, ou mesmo, exercerem influência em seus lugares de fala. Mas, antes, leem o mundo e produzem sentidos de acordo com os valores, interesses e ideologias que sedimentam esses lugares. Com a descentralização da (des)informação nas condições sócio-históricas atuais, a produção dos sentidos passa a ser realizada não apenas por clérigos socialmente autorizados, mas por um conjunto de atores sociais, que falam de espaços desterritorizados.

Mas a imputação de valor à leitura, seu poder social, é historicamente marcado. Na escola, por exemplo, desde os primeiros anos, os alunos se sentem coagidos quando precisam produzir sentidos sobre um texto; sem saber que a coação é parte constitutiva dos discursos, dos modos de construção do conhecimento e das formas de participação sócio-política e cultural dos sujeitos.

É porque os discursos que circulam no campo político-cultural não são facilmente penetrados. Gnerre (1998) argumenta que é preciso um aparato de conhecimentos para adentrar nesse campo. Esses conhecimentos seriam necessários para a produção e compreensão de discursos e estariam ligados, conforme Gnerre, à competência linguística de nível alto, à sintaxe e ao léxico. Uma construção sintática mais rebuscada, diz ele, “pode ser suficiente para dirigir a um grupo mais restrito uma mensagem encaixada de dentro de um discurso de nível geral muito mais acessível” (GNERRE, 1998, p. 21).

No campo da produção de textos, o acesso à escrita exige – além de uma competência linguística para se inscrever em enunciados do campo político e cultural – o domínio das tecnologias necessárias e as competências textual e genérica específicas. Como nota Maingueneau (2013. p. 48) “a maior parte dos membros de uma sociedade é capaz de produzir enunciados no âmbito de um certo número de gêneros de discurso”. Contudo, nem todos “sabem redigir uma dissertação filosófica”, o que, para este autor, pode ser uma

manifestação evidente de desigualdade social. A este último ponto, Kleiman (2008) faz uma ressalva com a qual estamos de acordo, pois, para ela, é a necessidade de agir que determina o gênero de discurso a ser mobilizado e não o contrário.

No campo da produção da leitura, por sua vez, as cisões e desigualdades sociais também são evidentes. Na verdade, o poder social da leitura não se instaura apenas em gêneros de discurso prestigiosos – aqueles que poucos sujeitos dominam –, mas atravessa o conjunto virtualmente infinito da materialidade discursiva que circula em uma dada sociedade. Nas mídias sociais, por exemplo, um tratado de filosofia tem menos poder de irradiação do que “memes” produzidos por usuários “despojados de seu status social e de toda autoridade anterior pelo uso de pseudônimos” (AMOSSY, 2011, Semen, *on-line*). Sem dúvida, neste caso, os modos de produção, disseminação, co-produção (leitura), memorização e arquivamento dos discursos precisam ser levados em conta.

Na próxima seção, faremos uma incursão a algumas concepções de texto, com o propósito de ampliar o debate. A ideia é fazer notar que, cada uma delas, inscreve um leitor-modelo (especialista) no quadro de suas referências. Para os nossos propósitos importa “reconhecer” esse leitor, considerando as condições sócio-históricas e culturais de sua leitura.

## 2. A NOÇÃO DE TEXTO: POSIÇÕES DE FRONTEIRA<sup>4</sup>

No quadro teórico-metodológico da Linguística Textual, o conceito de texto é apresentado por uma gama de variações conceituais, que tem enfoques mais amplos, como um tecido estruturado (MARCUSCHI, 2008) e mais estritos, como um objeto resultante das

---

<sup>4</sup> A discussão sobre a noção de texto apresentada neste trabalho recorre a autores consagrados em obras clássicas (a mais recente é de 2015). Vale ressaltar que, com o desenvolvimento da Linguística Textual, é possível encontrar posições muito mais atuais sobre a noção de texto. Quanto à noção de discurso, não era nosso objetivo explicitar as divergências que hoje se fazem claras no contexto da pesquisa na França e no Brasil. Na verdade, gostaríamos de ressaltar que as obras selecionadas neste trabalho, embora tenham sido produzidas há algum tempo, ainda têm bastante presença em curso de Letras e concurso de professores de Língua Portuguesa. Portanto, pensamos que não podemos ignorá-las apenas baseados em critérios de antiguidade.

atividades verbais dos indivíduos de uma sociedade (KOCH, 2015). Em geral, o texto é tomado como objeto empírico, isto é, uma unidade linguística concreta que é “tomada pelos usuários da língua [...] em uma situação de interação comunicativa específica, com uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa” (TRAVAGLIA, 2001, p 67).

Costa Val (1999), intercambiando os termos texto e discurso, define o texto como “uma ocorrência linguística. Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência linguística falada ou escrita” (COSTA VAL, 1999, p. 3). Para ela, o texto é uma unidade de linguagem em uso, que cumpre uma função sociocomunicativa. Uma ocorrência linguística que não teria limite extensivo e possuiria três dimensões: a sociocomunicativa, a semântica e a formal.

Na dimensão sociocomunicativa, o texto possuiria um estatuto funcional. Assim, categorias como intenção do produtor, jogo de imagens mentais, variação temática e espaço físico de interlocução face a face concorreriam para a construção dos sentidos. Essas categorias seriam determinantes para a produção e recepção dos textos/discursos. Nesse sentido, a pertinência a ser observada num determinado texto muda de situação para situação. Por isso, o contexto sociocultural, no qual o discurso se insere, precisa ser tomado como constitutivo do sentido. Esse contexto, então, delimitaria os conhecimentos partilhados dos interlocutores e seria responsável pela monitoração das variantes linguísticas, pelo tom, postura etc.

Na dimensão semântica, para ser texto, uma ocorrência linguística precisaria ser percebida pelos leitores como uma unidade significativa. Costa Val (1999), mesmo relacionado o contexto sociocultural à produção de sentidos, propõe que um texto só é texto se for percebido pelos leitores como tal. É possível conjecturar, então, que os fatores pragmáticos citados pela autora (intenção do produtor, jogos mentais, temática e espaço físico), não são suficientes para a constituição dos sentidos, seria necessário, então, a coerência. Isto é, o resultado da configuração que “assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual” (COSTA VAL, 1999, p. 5). De acordo com a autora, a

coerência envolve os aspectos lógicos, semânticos e cognitivos, na medida que dependem da participação ativa de conhecimentos entre leitores.

Na dimensão formal, o texto materializa seus constituintes linguísticos de forma a mostrá-los reconhecivelmente integrados. Esse processo faz com o texto seja percebido como um todo coeso. Costa Val (1999, p. 5) conclui que o texto será bem compreendido (entenda-se boa leitura) quando lido sobre três aspectos: “i) o pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa; ii) o semântico-conceitual, de que depende sua coerência; iii) o formal, que diz respeito à sua coesão”.

Esses aspectos estão envolvidos nos fatores de textualidade de um discurso, isto é, “um conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não uma sequência de frases” (COSTA VAL, 1999, p. 5). Seguindo as orientações de Beaugrande e Dressler (1983), a autora recupera os critérios da textualidade de um discurso, quais sejam: a coesão e a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade. Recorrendo a Marcuschi (2008), diríamos que a textualidade depende da condição do processo cognitivo e discursivo de uma dada língua.<sup>5</sup>

Em Costa Val (1999), a posição de fronteira se localiza no programa teórico-metodológico apresentado, que visa a “condensar algumas noções mais importantes da teoria e relacioná-las a análises de cem redações elaboradas por candidatos ao curso de Letras” (COSTA VAL, VII, 1999). Trata-se de um gesto inscrito no *corpus* textual construído pela pesquisadora; gesto que classifica os textos de “bom, médio e baixo padrão” (COSTA VAL, 1999, p. 111) em relação à textualidade. A contribuição, então, está em apresentar propostas de intervenção e de assumir nova área de trabalho, “para dar conta da globalidade do fenômeno da interação comunicativa, considerando o texto em suas três dimensões: a formal, a conceitual e a pragmática” (COSTA VAL, 1999, p. 128).

---

<sup>5</sup> A respeito dos critérios da textualidade, Marcuschi (2008, p. 93) faz a seguinte observação: “Os critérios da textualidade, tal como foram primeiramente definidos por Beaugrande e Dressler, devem ser tomados com algumas ressalvas. Primeiro, porque não se pode dividir os aspectos da textualidade de forma tão estanque e categórica. Alguns critérios são redundantes e se recobrem. Segundo, tal como foi lembrado, não se deve concentrar a visão de texto na primazia do código nem na primazia da forma.”



Outros estudos no campo da Linguística Textual foram realizados por Koch (2013; 2015),<sup>6</sup> para quem, conforme o ponto de vista adotado, o texto pode ser tomado por concepção diferentes. A autora destaca as seguintes:

- Texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
- Texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
- Texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
- Texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática)
- Texto como discurso “congelado”, como produto acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
- Texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
- Texto como processo que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
- Texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitiva-interacional) (KOCH, 2015, p. 12).

No conjunto dessas orientações, o texto pode ser compreendido como resultado parcial da atividade comunicativa, a qual, conforme Koch (2013), inclui processos, operações e estratégias cognitivas postas em ação em situações reais de interação social. Nesse sentido, a produção textual é uma atividade verbal, consciente, criativa e interacional. Logo, os textos resultam da atividade verbal de indivíduos interactantes; possuem finalidade específica e são sócio-histórica e culturalmente situados.

Koch (2013) enfatiza, ainda, que o texto é uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos coenunciadores no momento da enunciação e acrescenta que essa seleção e ordenação visa a permiti-lhes não somente o

---

<sup>6</sup> Selecionamos alguns pontos discutidos por essa autora, já que sua produção na área é bastante extensa e significativa.

entendimento semântico, “em decorrência de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com as práticas socioculturais” (KOCH, 2013, p. 27). Trata-se, então, de definir a noção de texto para delimitar as fronteiras da Linguística Textual que, segundo a autora,

[...] trata o texto como um ato de comunicação unificado num completo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a *organização linear* que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a *organização reticulada* ou tentacular, não linear portanto, do níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas (KOCH, 2013, p. 27, destaques da autora).

Em Koch (2013; 2015), a orientação teórica se volta para o exame do processo de produção de texto. É o estatuto do texto em circulação social que está em jogo, bem como seus processos e estratégias cognitivas de produção. É preciso notar que a posição de fronteira, aqui, revela-se no intercâmbio entre a definição de texto, por si só, fronteiriça, e “a existência de uma instância cognitiva” (ANGERMULLER, p. 81, 2016), a qual responderia as questões suscitadas na e pela incompletude do texto. Logo, sendo o sentido construído na interação sujeito-texto, a leitura pode ser tomada como uma atividade sociointerativa

altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior no evento comunicativo (KOCH e ELIAS, p. 11, 2006).

Nessa posição de fronteira, que foca a interação autor-texto-leitor, a produção da leitura procura fazer um duplo empreendimento. De um lado, considerar o conhecimento de uma instância cognitiva e, de outro, considerar os constituintes linguísticos e as condições de produção do texto. Conforme lembra Oliveira (2010), no quadro da Linguística Textual, um dos maiores desafios tem sido definir seu objeto de análise: o texto.

No campo da Antropologia Linguística, Hanks (2008), ao discutir sobre texto e textualidade, concentra-se no estatuto do texto enquanto produto e enquanto processo

sociocultural, bem como “nos elementos da organização textual, na relação do texto com o poder em contextos sociais [etc.]” (HANKS, 2008, p. 118). Conforme este autor, o termo “texto”, usado de forma genérica, pode designar qualquer configuração de signos coerentemente interpretáveis por uma comunidade de usuários. A esse respeito, Hanks (2008, p. 119) faz a seguinte anotação:

Quando usado de forma genérica tal como “o texto é composto de sentenças interconectadas”, “texto” pode ser tomado (heurísticamente) para designar qualquer configuração de signos coerentemente interpretável por alguma comunidade de usuários. Mesmo sendo tão vaga, essa definição já nos compromete com uma determinada linha de investigação. O termo “signo” levanta questões sobre *tipologia textual* [icônica, indicial e simbólica] *meio* [incluindo língua, pintura, música] denso, repleto e *unidades composicionais* [se o texto consistir em dois ou mais signos interconectados]. O qualificador “coerente” distingue o texto de um conjunto indefinido de uma rua lotada de gente (em contraste com uma troca significativa entre interactantes mutualmente orientados), os arranjos aleatórios em um muro público (em contraste com a elaborada dissonância musical de uma passagem dramática numa peça musical).

O fato de ser inteligível para parte de uma comunidade de usuários situa o texto como matriz social, no interior da qual o discurso é produzido e compreendido. Hanks (2008) lembra que isso sinaliza uma orientação social, segundo a qual o texto, o que quer que ele seja, é um evento comunicativo. Para ele, a textualidade é a qualidade de coerência ou de conectividade que caracteriza o texto; embora afirme que há textos que podem falhar em ter unidade temática, estilística etc., mas, de toda forma, constituem “texto”.

Mesmo que as propriedades formais e funcionais de signos complexos possam auxiliar no estabelecimento da textualidade, Hanks (2008) argumenta que é a adequação entre forma do signo e um contexto mais amplo que determina sua coerência. Portanto, texto e textualidade são partes de um conjunto de conceitos interconectados de modo livre, que inclui, pelos menos, as seguintes subdivisões:

- Co-texto, que designa o fragmento discursivo que está associado a uma porção textual num dado texto, ou seja, o fio discursivo que precede ou sucede uma fração de enunciado;
- Meta-texto, que diz respeito a qualquer discurso que descreva, estruture ou se refira à interpretação do texto;
- Con-texto, referindo-se ao ambiente mais amplo (linguístico, social, psicológico) ao qual o texto responde e sobre o qual ele opera;
- Sub-texto, que focaliza todos os conhecimentos ou temas que formam o pano de fundo ou as dimensões tácitas de um texto, inferíveis, mas não explicitamente afirmadas (HANKS, 2008, p. 120, *hifens adicionados pelo autor*)

De acordo com Hanks (2008, p. 120), o sentido (amplo ou restrito) do termo “texto” tende a mudar, “dependendo de quais partes desta variedade de conceitos se escolhe compreender”. Fora a perspectiva linguística citada por Hanks (2008, p. 120), a saber: “o texto pode ser visto como a realização da língua na fala coerente, contextualmente interpretável”, o linguista norte-americano argumenta que, a depender da concepção de discurso que se adote, o texto pode ser tomado como código funcional ou como peça de linguagem no escopo do código em uso.

Ao fornecer conteúdo ao qualificador “coerente”, Hanks (2008) inscreve seu gesto de leitura numa posição de fronteira. Esse qualificador distinguiria o texto “de um conjunto indefinido de uma rua lotada de gente (em contraste com uma troca significativa entre interactantes mutualmente orientados)” (HANKS, 2008, p. 119). Essa posição fronteira pode tomar uma “rua lotada” como texto-produto, encarando-o “como traço de uma atividade discursiva – oral, escrita, visual – relacionado a dispositivos de comunicação, a gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 37).

De certo, Hanks (2008) foca um conjunto de temas acerca da organização e interpretação de textos, mas suas reflexões não deixam alcançar a problemática da leitura em suas condições de produção. “É duvidoso que alguma abordagem do discurso postule que o texto enquanto artefato pode limitar-se ao artefato textual isolado sem avançar para um passo seguinte que situe esse artefato em um contexto sociocultural mais amplo” (HANKS, 2008, p. 122).

Com efeito, os textos, quando tomados como discurso, suscitam, desde o início, o extralinguístico. Embora possam ser considerados “produtos individualizados elaborados quando o código é colocado em uso” (HANKS, 2008, p. 121), “os textos, mesmos aqueles mais conceituais, não são conteúdos autossuficientes” (ANGERMULLER, p. 81, 2016), pois têm “relação com outros textos (existentes, possíveis, imaginários)” (ORLANDI, 1995, p. 112). Nesse quadro, a produção da leitura exige uma abordagem transversal, dado que não se deixa apreender no interior de um objeto. Para materializar sua leitura, o sujeito precisa produzir textos (orais ou escritos) que, em última instância, são discursos.

Nessa senda, Orlandi (1995), movendo uma filiação teórica particular,<sup>7</sup> apresenta uma concepção de texto por uma multiplicidade de conceitos, mas, ao contrário da concepção de texto no quadro da Linguística Textual, a autora parte de um enfoque mais estrito para um mais amplo. Numa concepção mais estrita, Orlandi reconhece o texto como realidade empírica: “eu começaria dizendo que o texto é uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa” (ORLANDI, 1995, p. 111). A partir daí, como uma peça de linguagem teatral, o texto estaria, intrinsecamente, ligado à textualidade, que seria um modo de materialização do discurso. Numa concepção mais ampla, a autora define o texto, no quadro da Análise do Discurso, como um objeto linguístico-histórico.

Essa clivagem na concepção de texto é produtiva, pois toma o texto, de um só vez, em um duplo estatuto. Ou seja, não é preciso dizer que o texto, para ser texto, precisa ser reconhecido como tal, mas que o texto significa porque deriva de um discurso que o sustenta. Orlandi (1995), então, elenca uma multiplicidade de conceitualizações que aproximam as definições de texto de sua filiação teórica – “o texto é um objeto linguístico-histórico” (ORLANDI, 1995, p. 112); “o texto é heterogêneo” (ORLANDI, 1995, p. 115); “o texto é a unidade de análise afetada pelas condições de produção” (ORLANDI, 1995, p.117) –, e algumas poucas que afastam definições de teorias de fronteira – “o texto não é uma unidade

---

<sup>7</sup> A Análise do Discurso de filiação francesa.

fechada, pois ele tem relação com outros textos; o texto não é um documento” (ORLANDI, 1995, p.112).

Ouçamos, então, Orlandi (1995, p. 112-113):

[...] tenho colocado já repetidas vezes que um *texto*, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o *texto*, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira — pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

Nos estudos do discurso, o texto pode ser apreendido em sua realidade empírica e comunicacional, reconhecida e reconhecível socialmente. Quando tomado como discurso, o texto ressignifica os espaços de mobilidade cultural, de acordo com suas condições sócio-históricas e culturais de produção, os sujeitos e a memória. Nesse quadro, o texto é “o lugar do jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade” (ORLANDI, 1995, p. 117). Essa posição se afasta das anteriores, pois destaca o pouco ou nenhum interesse pela organização textual. “Não nos interessa, nessa perspectiva discursiva, a organização do texto. O que nos interessa é o que o texto organiza em sua discursividade” (ORLANDI, 1995, p. 117).

Não há dúvida que os pontos de vista e as posições teórico-metodológicas como as apresentadas acima nos fornecem, juntas, um dispositivo de leitura mais amplo e, cada uma à sua maneira, são contributivas para superarmos alguns obstáculos edificados pelo poder social da leitura: eis um campo em que os sujeitos (especialistas ou não) “digladiam-se em uma luta constante para encontrar o sentido” (ANGERMULLER, 2016, p. 72). Por isso, é preciso acrescentar que os efeitos de sentido são produzidos não apenas em posições de fronteira (autor-texto-leitor, texto-contexto-artefato, texto-discurso-história), mas, em nossa perspectiva, no interior das fronteiras, evocando, como argumenta Maingueneau (2015), elementos de seu exterior, os quais podem ser de natureza muito diversa.



Nas “falhas” de compreensão atribuídas ao leitor (SCHNOTZ, 2009), é possível mostrar que tanto as “falhas”, como o “leitor” são elementos do exterior no interior das fronteiras. O equívoco é constitutivo na produção da leitura, isto é, as “falhas” e o “leitor-modelo falível” já estão no poder simbólico da leitura, incitando os modos de preenchimento das demandas sociais.

### 3. LEITURA E DISCURSO

Na contemporaneidade, a produção da leitura põe à luz as transformações e deslocamentos dos gestos de leitura numa cultura comum coletiva e consciente (WILLIAMS, 1992; EAGLETON, 2011). Assim, a leitura, engendrada pela técnica da escrita, configura-se como um mecanismo de transmissão e de acumulação cultural, de forma a “acionar toda uma série de palavras que designam toda espécie de consumo cultural” (BOURDIEU, 2011, p. 231), bem como comportar uma dimensão estética, antropológica e sociológica. Daí que os gestos de leitura recorrentes no presente se ligam, de modo particular, aos gestos de leitura decorrentes do passado (FERREIRA, 2018).

Essa associação, sempre inédita, entre passado e presente na produção da leitura, incita a produção de textos semanticamente articulados com modos multimodais de coprodução. De fato, a leitura não começa nem acaba num único texto, pois se espalha em paisagens verbo-semióticas e em objetos da cultura. A leitura, assim, não se deixa apreender apenas em textos, ela os transborda. Por isso, nosso objeto não pode ser a leitura, no sentido de produto cultural, mas a produção da leitura, no sentido de construção e negociação de efeitos de sentido. Interessa-nos, portanto, ler o discurso: as suas linhas de força, valores e crenças, enfim, os seus efeitos sociais.

De que modo e como, então, esses discursos nos interpelariam? A esse respeito, Charaudeau lembra que o imaginário de culpabilidade e de redenção que atravessa e constitui o discurso do pecado original, por exemplo, fora construído no Ocidente pela intertextualidade “(Bíblia, Evangelhos, obras de teólogos, comentários de filósofos,

predicações de Igreja, chegando até os textos publicitários, as revistas populares, os filmes etc.)” (CHARAUDEAU, 2011, p.6). Os discursos são socialmente inscritos na história e depositados na memória sociocultural, com isso, eles ficam disponíveis a diferentes formas de atualizações.

Uma dessas atualizações pode ser observada num “texto-análise” que retiramos de Adam (2011), quando ele discute o fato de que a língua não é suficiente para produzir, por si só, enunciados. Para produzir sua leitura, Adam recupera dois versos de Paul Éluard (1895-1952).<sup>8</sup>

[1] Por que sou tão bela?  
Porque meu dono me lava.

Em primeiro lugar, Adam (2011) destaca as conotações bíblicas no título da seção na qual o poema se insere, em *Capitale de la douleur*. Para Adam, o título da seção *Les petits justes* remete a uma variante linguística que Éluard, filho de costureira, provavelmente conhecia. Na França, desde o século XVIII, o vocabulário da moda nomeia por “pequeno justo” uma peça de vestuário feminino que se ajusta, estreitamente, ao corpo. Adam, então, propõe que é nesse sentido que, a partir de “estrito” e “ajustado”, resulta o composto francês *justaucorps*, designando uma roupa bem ajustada ao corpo. Nesta seção do livro, os poemas são mais curtos que os outros da coletânea, o que leva Adam considerar que a concisão verbal dessas “peças breves” é análoga a de roupas desprovidas de tecido supérfluo.

Depois, Adam (2011) procede a uma espécie de mapeamento cronológico da publicação do mesmo poema. Desde sua primeira publicação na seção *Les petits justes*, de *Mourir de ne pas mourir*, passando, como já dissemos, por *Capitale de la douleur*, em 1926; em uma Revista, em 1928, depois, em 1941, em *Choix de poèmes*, até, finalmente, ser caligrafado pelo próprio poeta em um prato de cerâmica *Vallauris*. Adam procura destacar

---

<sup>8</sup> Pseudônimo de Eugène Emile Paul Grindel. Poeta francês, autor de poemas contra o nazismo que circularam marginalmente durante a II Guerra Mundial.



com isso não apenas a importância dada ao poema pelo poeta, mas a mobilidade do sentido e suas diferentes formas de textualização nesse curto período.

Transcrevemos a seguir a análise que Adam (2011, p. 47) propõe para dar conta dessas diferentes textualizações do poema de Paul Éluard.

Texto [A]

[§1] O sentido enigma-advinhação traçado sobre o prato coloca o texto em uma situação de enunciação mais facilmente interpretável: a interrogação é atribuída ao próprio objeto, belo porque é decorado, e pode-se falar de uma prosopopeia do prato que fixa uma identidade do “eu”. Quanto ao ato de lavar o prato, torna-se um gesto dos mais comuns realizado por seu “dono”, que o limpa e cuida dele.

[§2] Uma outra interpretação possível passa por um script social. O papel do “dono” transforma o estatuto do “eu” seja em escravo, seja em animal de companhia. Jean-Charles Gateau relata que, segundo familiares do poeta, tratar-se-ia de uma pequena cadela. Nesse caso, através de uma prosopopeia hipocorística, o próprio dono atribui ao animal fêmea a pergunta que ele (re)formula, e elogia, assim, tanto a beleza da cadela como os cuidados que ele lhe dedica. Há prosopopeia no caso da cadela que fala, ou forma de linguagem hipocorística, no caso do dono que fala no lugar de sua cadela.

Na primeira parte de sua leitura [§1], Adam (2011) desloca o texto da ideia de “unidade empírica”. O acento é colocado, então, no conjunto discursivo do prato decorado, isto é, no prato, suporte ideológico que carrega o texto verbal. Na segunda parte [§2], Adam interpela o prato como sujeito assujeitado, numa relação de escravo e senhor, ou mesmo, de animal de estimação e seu dono. Em ambas as leituras, as noções de texto em posição de fronteira (autor-texto-leitor, texto-contexto-artefato, texto-discurso-história), estão imbricadas. O que Adam nos oferece são leituras no limite de certo quadro teórico-metodológico. Para nós, não está em foco a compreensão ou interpretação do texto de Paul Éluard, mas a produção e negociação de efeitos de sentido, considerando diversas textualidades.

Mas os leitores de Adam nem sempre podem contar com um linguista (no caso Jean-Michel Adam) para adentrar um texto. A posição de leitura, neste caso, é (para simplificar)



tripartida entre o leitor que lê Adam, o próprio Adam (2011) e Jean-Charles Gateau, um especialista em poesia contemporânea a quem Adam recorreu. Ambos, Adam e Gateau, operando suas leituras no interior de quadros teórico-metodológicos muito particulares.

Vejamos outro exemplo trazido por Ferreira e Baptista (2020, no prelo):

Texto [B]<sup>9</sup>

[§1] Neymar critica imprensa e diz que frase foi mal interpretada: "Menor pretensão de carregar nas costas"

[§2] Assessor publica texto no Instagram e craque diz que "já se acostumou a ser alvo predileto" e esclarece declaração de coletiva: "Quis dizer... que tudo de 'ruim' na seleção brasileira cai nas minhas costas".

[§3] Em texto publicado na conta do Instagram de seu assessor de marketing, Neymar criticou "alguns mal informados da 'imprensa'" e lamentou a interpretação da frase de última coletiva de imprensa. Na entrevista dos 100 jogos pela Seleção, ele disse que "sempre foi um dos principais nomes e um dos que carregava tudo nas costas." [...].

Ferreira e Baptista (2020, no prelo) ressaltam a intenção de o sujeito-produtor de se comunicar com a imprensa, mas o que se deu de modo insatisfatório. Contudo, lembram os autores, o mal-entendido foi atribuído a um leitor: os “alguns mal informados da imprensa”, ao passo que o sentido “justo” seria atribuído pelo sujeito-produtor a um leitor-modelo, que os “mal informados da imprensa” seriam incapazes de incorporar.

Não se joga aqui com a ideia de “boa” ou “má” interpretação, o embate se dá no controle dos sentidos. Por isso, o texto [2] não é produtivo como objeto de análise para decidirmos se é ou não é texto, mas para examinar o poder social da leitura, como poder simbólico; do apagamento do leitor, os “mal-informados da imprensa”; e da inscrição de um leitor-modelo, capaz de se aproximar das intenções do autor. De fato, trata-se da ilusão que a linguagem é transparente.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/neymar-critica-imprensa-e-diz-que-frase-foi-mal-interpretada-menor-pretensao-de-carregar-nas-costas.ghtml>. Acesso em 14 out. 2019

O leitor chamado de “mal informados da imprensa” tem o direito de interpretar a declaração do sujeito-produtor pelo menos em dois sentidos: i) carregar o time nas costas, isto é, levar o time a vencer as partidas sendo o melhor jogador; ii) carregar as cobranças feitas à seleção brasileira nas costas por ser um dos principais jogadores do futebol mundial. Na gíria do futebol, o primeiro sentido, “carregar tudo nas costas”, geralmente quer dizer: carregar o time nas costas, por esse time ser fraco tecnicamente.

Ficamos inclinados a aceitar o segundo sentido, pois o controle dos sentidos veio à tona dias depois da declaração: “Quis dizer... que tudo de 'ruim' na seleção brasileira cai nas minhas costas” [§2]; e “ele disse que ‘sempre foi um dos principais nomes e um dos que carregava tudo nas costas’ [§3]. Pelo nome “Neymar” se enquadrar também na etiqueta “celebridade”, somos tentados a aceitar o primeiro sentido, isto é, recuperar o estereótipo de que celebridades, de modo geral, são individualistas e vaidosas, por isso, pensam que carregam “tudo nas costas”.

Essas propostas de produção da leitura se voltam, entre outras coisas, para os efeitos sociais da leitura e não, particularmente, para decidir entre uma “boa” ou “má” interpretação, tampouco para elencar os fatores de textualidade. A posição-leitor, em nosso caso, não é mesma que a posição-leitor de especialista. Somos obrigados a aceitar que operamos na posição-leitor de “não especialista”.

Não precisamos concordar com a leituras produzidas por Adam (2011) de Paul Éluard. Na verdade – se isso nos interessa – precisamos debater e marcar uma diferença, já que produzimos nossa leitura de outro lugar. No caso da querela envolvendo o jogador Neymar, em vez de compreender o que A quis dizer a B, não seria mais produtivo examinar a maneira pela qual “os participantes dos discursos interpretam o material textual?” (ANGERMULLER, 2016, p. 71). Isto é, identificar os gestos que os sujeitos dos discursos utilizam para produzir, negociar e controlar os efeitos de sentido?



## Considerações finais

Este artigo destacou gestos de leitura possíveis a partir de quadros teórico-metodológicos do campo da Linguística, da Antropologia Linguística e da Análise do Discurso. As posições apresentadas postulam que o texto é resultante de atividade verbais dos usuários de uma língua, tendo uma finalidade sociocultural de acordo com suas condições de produção. Dito isso, não é difícil notar que, cada uma a seu modo, evoca um leitor-modelo especialista, mesmo quando o acento teórico não é colocado na produção da leitura.

De outro modo, as concepções de texto nos quadros teórico-metodológicos revisitados por nós se inscrevem em posições fronteiriças. O esforço para definir o que é texto conduz a força da descrição para algo que estaria “fora” do texto: as condições de produção, a instância cognitiva, a coerência, a história. Nesse sentido, esses estudos, embora enunciem de posições teóricas distintas e partam de recortes interpretativos na construção do *corpus* textual, nos fornecem clareza a respeito da posição-leitor na produção da leitura.

Assim, não se trata de rivalizar com essas posições teóricas, mas, em particular, de constituir as suas condições sócio-históricas e culturais de produção, em última instância, destacar o leitor-modelo que elas evocam. Esse empreendimento visa a ampliar a produção da leitura para além da órbita dos conceitos e categorias linguístico-discursivas. Afinal, o leitor não especialista lê o discurso que transborda pelos textos e que atravessa a materialidade discursivo-semiótica que circula socialmente, a qual o texto “textualiza”.

Não é possível refazer o trajeto de leitura de um leitor individual e empírico, mas é urgente iluminar o poder social da leitura nos gestos de leitura presentes na sociedade contemporânea.



## Bibliografia

ADAM, Jean-Michel. **A linguística Textual: uma introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, Ruth. La coexistence dans le dissensus. **Semen**, n. 31, p. 25-42, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/semen/9051>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

ANGERMULLER, Johannes. **Análise do discurso pós-estruturalista: as vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers**. Tradução e organização: Roberto Leiser Baronas, et.al. Campinas, SP: Pontes, 2016.

BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang. U. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1983.

BEAUGRANDE, Robert de. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey, Ablex, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. DIFEL, Lisboa, 1989.

BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: Roger Chartier (Org.). **Práticas da leitura**. 5.ed. Tradução de Cristiane Nascimento. Introdução de Alcir Pécora. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 3.ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Vozes, Petrópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. “Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”. **Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Volume 10, Dezembro, 2011. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]. pp. 1 - 8.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo, UNESP, 1999.



FERREIRA, Anderson. **Leitura, discurso e contemporaneidade: a negociação dos efeitos de sentido no espaço digital**. 2018. 285 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERREIRA, Anderson; BAPTISTA, Carlos Alberto. A enunciação polêmica: os legisladores, o verbo divino e os analfabetos emocionais, **Revista (Con)texto Linguístico**, no prelo, 2020.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2.ed. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2011.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HANKS, Willian F. Texto e textualidade. In: **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. Anna C, Bentes; Renato C. Rezende; Marco Antônio R. Machado. São Paulo: Cortez, 2008. p. 118 – 168.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger. (Org.) **Práticas da leitura**. 5.ed. Tradução de Cristiane Nascimento. Introdução de Alcir Pécora. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 35-74.

KLEIMAN, Angela B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos dos textos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. Tradução Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.



MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Org.). **Diversidade Linguística e Ensino**. Salvador: EDUFABA, 1996. p. 19-43.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Linguística Textual. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p.193-203.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso, **Organon**, v.9, n.23, 1995, p. 111-118

SCHNOTZ, W. O que acontece na mente do leitor? Os processos de construção mentais durante a compreensão textual do ponto de vista da psicologia e da linguística cognitiva. In: Koch, I.; Wieser, H. **Linguística textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 166-185.

TRAVAGLIA, Luiz. Carlos. **Gramática e Interação**. São Paulo: Cortez, 2000. Ática, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.